

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Sábado 2 de ABRIL de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46918
estado.com.br

Fim de semana

O Brasil na Copa — A32 a A34
Hexa passa por Sérvia, Suíça e Camarões
Portugal, Uruguai, Gana ou Coreia, o rival seguinte



C2 Paladar — C5
Fast-food inspira a alta gastronomia
Chefs 'brincam' com sanduíches clássicos



RUBENS KATO

Licitação com valores inflados — A10

Compra de ônibus escolar pode ter sobrepreço de até R\$ 732 mi

Direção do FNDE, ligada ao Centrão, ignorou alertas de técnicos

Licitação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prevê a compra de ônibus escolares para zonas rurais ao custo de até R\$ 480 mil a unidade. O preço

deveria ser de, no máximo, R\$ 270,6 mil, informam André Shalder, Breno Pires e Julia Affonso. Instâncias de controle fizeram alertas sobre os valores. O custo total da compra pode ter acréscimo de R\$ 732 milhões. O

pregão eletrônico está marcado para terça-feira. O FNDE é comandado por Marcelo Ponte, ex-chefe de gabinete de Ciro Nogueira (Casa Civil). O FNDE disse que "atendeu a todas as recomendações" da CGU.

3.850

É o número de ônibus que podem ser comprados, com recursos do FNDE, para o programa Caminho da Escola

Eleições 2022 — A14

Moro diz que não desistiu do Planalto e União Brasil fala em desfiliação

Um dia após a nota anunciando que abriria mão de pré-candidatura, ex-juiz diz que não desistiu "de nada".

E&N Entrevista — B1 e B4

É mais fácil achar culpado do que solução, diz general

JOAQUIM SILVA E LUNA
Presidente da Petrobras

De saída, após ser demitido por Bolsonaro, ele deseja "sorte" ao sucessor para lidar com pressões de preços.

A Guerra de Putin — A18

Ucrânia é acusada de fazer ataque em território russo

Emissão de passaportes — A28

Com fila até o fim do ano, SP terá novo posto na zona norte

BEM-ESTAR Tendência — D1, D4 e D5

Onda é correr descalço

Corrida sem uso de tênis traz benefícios, mas é preciso ficar alerta com relação a possíveis lesões

Notas e informações — A3 Bolsonaro em estado bruto	Fareed Zakaria — A22 A agonia do último império multinacional	Fernando Reinach — A31 Adultos incapazes de se orientar	Adriana Fernandes — B6 Hora da verdade para a reforma tributária
--	---	---	--

Edição de hoje 4 CADERNOS — 84 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, A fundo. Para fechar...

E&N. Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento Destacar BE. Bem-estar

Tempo em SP 16" Min. 23" Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

JHSF apresenta

Village Gardens & Village Parks.

Dois exclusivos condomínios com clubes reservados e lotes residenciais.

BOA VISTA VILLAGE

Veja nas páginas A20 e A21.

Nova LINHA TIGGO 2023

NÃO PERCA O NOVO E SENSACIONAL PLANO DE FINANCIAMENTO

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

D21 **CADA CHERY**



Sobreprego

Licitação do governo prevê pagar até R\$ 732 mi a mais por ônibus escolares

— Área técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aponta preço total inflado em 55% na aquisição de veículos para atender crianças de áreas rurais

ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

Uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), marcada para a próxima terça-feira, prevê a compra de ônibus escolares com preços inflados. O alerta partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do fundo. Segundo documentos obtidos pelo **Estadão**, o governo aceita pagar até R\$ 480 mil por um ônibus que, de acordo com o setor técnico, deveria custar no máximo R\$ 270,6 mil. Os recursos sairão de um programa destinado a atender crianças da área rural, que precisam caminhar a pé quilômetros em estradas de terra para chegar à escola.

A operação foi montada dentro do FNDE, que concentra a maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. O fundo é presidido por Marcelo Ponte, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, de quem foi chefe de gabinete. O processo da concorrência, ao que o **Estadão** teve acesso, mostra que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica, que apontaram risco de sobreprego nos valores dos ônibus que o governo aceita pagar.

Influência O FNDE é vinculado ao Ministério da Educação, mas é comandado por indicados do Centrão

O pregão permitirá a aquisição de até 3,850 veículos como parte do programa Caminho da Escola. O preço total, ao final da compra, pode pular de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,045 bilhões, com aumento de até 55% ou R\$ 732 milhões.

“Entendemos que a discrepância das cotações apresentadas pelos fornecedores em relação ao preço homologado do último pregão (...) implica em aumento não justificado do preço, sem correspondente vinculação com as projeções econômicas do cenário atual”,



Imagem de vídeo divulgada por Ciro Nogueira, em 2020, e o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, indicado por ele

avisou a área técnica do fundo. Em outro parecer, a Controladoria Geral da União (CGU) reforçou: “Observa-se que os valores obtidos (...) encontram-se em média 54% acima dos valores estimados”. Alertas também foram feitos pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os documentos obtidos pelo **Estadão** apontam ainda a atuação direta de um dos diretores do órgão, Garigham Amarante, na definição dos valores superestimados. Ele foi indicado para o cargo por Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Em ao menos dois despachos, o diretor determina que o prosseguimento do processo, com pequenos ajustes, mas mantendo os preços inflados, apesar dos alertas de sobreprego.

Mesmo após as ponderações Garigham e Marcelo Ponte assinaram despacho dando prosseguimento ao certame: “Aprovamos o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a Pesquisa de Preços, bem como autorizamos a reabertura do procedimento licitatório”. O certame chegou a ser suspenso, em fevereiro deste ano. Mas retomada depois pelos dois dirigentes do Fundo.

INTERESSE POLÍTICO. Criado pelo Ministério da Educação para ajudar municípios e Estados a diminuir o abandono dos estudantes das salas de aula, o programa tem especial rele-

Órgão cobiçado

● Indicação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é comandado por Marcelo Ponte, um apadrinhado do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira.

● Centrão

Um dos líderes Centrão, Ciro Nogueira é homem forte do governo Jair Bolsonaro – o ministro controla a liberação do orçamento. O FNDE ainda conta com indicados do PL, do Republicanos e de outros nomes do Progressistas em suas diretorias.

● ‘Banco’

Por concentrar recursos e atuar como uma espécie de “banco” do Ministério da Educação, o FNDE tem seus cargos cobiçados por partidos políticos. Trata-se do maior fundo controlado pelo MEC, com orçamento de R\$ 45,6 bilhões em 2022.

● Gabinete paralelo

Como revelou o **Estadão**, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura faziam lobby no Ministério da Educação para destravar dinheiro público do FNDE para prefeituras. A crise culminou com o pedido de demissão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

vo criar uma ata de registro de preços para ônibus rurais escolares de quatro tipos – veículos com capacidade para 29, 44 e 59 assentos. No caso do ônibus menor, há dois modelos: um regular e outro com tração nas quatro rodas.

Nesta modalidade, as empresas vencedoras concordam em vender uma certa quantidade de cada um dos ônibus em disputa por um determinado valor – quem oferece o preço mais barato consegue o contrato. Uma vez registrada a ata, os ônibus podem ser comprados por prefeituras e governos estaduais de todo o País pelo preço ajustado, sem necessidade de nova licitação. A sessão virtual em que as empresas farão os lances está marcada para às 10 horas de terça-feira.

Ao recusar o preço máximo original estimado pela área técnica, a diretoria de Garigham Amarante alegou que corrigir os valores pela inflação não refletiria “os impactos da pandemia” e “o aumento do dólar em uma indústria dependente da importação de peças”.

A CGU avisou que o edital poderia favorecer a prática de cartel entre as empresas fornecedoras e recomendou que fosse seguida uma instrução normativa do Ministério da Economia. Pela regra sugerida, o cálculo do preço deveria se basear em valores de licitações anteriores. A diretoria comandada pelo Centrão criou, então, uma nova fórmula de cálculo. Passou a usar um outro indicador de inflação, o IPP, nos custos dos ônibus, além dos valores apontados pelos fornecedores. A alteração do setor, no entanto, pouco mudou o cenário e o valor máximo da licitação foi para R\$ 2,045 bilhões.

Procurados, Ciro Nogueira, e a CGU não se manifestaram. O FNDE não comentou as suspeitas de sobreprego e disse, em nota, que o pregão “atendeu a todas as recomendações da CGU, inclusive quanto à metodologia de cálculo dos preços estimados, que são sigilosas por recomendação do próprio órgão de controle, que acompanha todas as fases do processo licitatório”. Apesar do que disse o órgão, não há manifestação da CGU no processo administrativo endossando o cálculo final de preços. ●

ursos do FNDE. O Piauí tem 1 milhão de pessoas na área rural, atendida pelo programa.

O Fundo é órgão vinculado ao Ministério da Educação. Na última segunda-feira, o ministro Milton Ribeiro foi obrigado a deixar o cargo após o **Estadão** revelar que havia um esquema de cobrança de propina na pasta operado por dois amigos pastores em troca de liberação de dinheiro para creches e escolas.

PRESSÕES. O pregão eletrônico para a compra dos ônibus foi iniciado por ordem de Garigham Amarante, que é diretor de Ações Educacionais do Fundo. O edital tem por obje-

vância nas regiões rurais de estradas precárias e de difícil deslocamento. Muitos alunos desistem de estudar diante das dificuldades de locomoção.

O programa mobiliza parlamentares interessados em faturar com a entrega dos ônibus em seus redutos eleitorais. No final de 2020, Ciro Nogueira divulgou em suas redes a entrega de ônibus escolares em seu Estado, o Piauí. Nas imagens, o então senador aparece ao lado do seu indicado, o presidente do fundo Marcelo Ponte, e de miniaturas dos veículos. Como ministro, continuou participando de atos de entregas de chaves dos ônibus bancados com re-

Ministério da Educação

Parlamentares cobram apuração sobre licitação com suspeita de sobrepreço

Como mostrou ontem o 'Estadão', governo federal prevê pagar até R\$ 732 milhões a mais para a compra de ônibus escolares

JULIA AFFONSO
BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Políticos e especialistas da área de educação cobraram a investigação sobre uma licitação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que prevê o pagamento de até R\$ 732 milhões a mais por ônibus rurais escolares. O pregão, marcado para a próxima terça-feira, é para a aquisição de 3.850 veículos. O caso foi revelado ontem pelo **Estadão**.

Para o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), o discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre combate à corrupção "começa a ruir". "Começa a ruir o discurso de Bolsonaro de que no governo dele não tem corrupção. E a corrupção aparece onde mais deveria estar blindada. Já foi na compra de vacina, e agora está na Educação", disse o parlamentar.

O alerta de sobrepreço partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do FNDE. Segundo documentos obtidos pelo **Estadão**, o governo aceitou pagar até R\$ 480 mil por um ônibus que, de acordo com o setor técnico, deveria custar, no máximo, R\$ 270,6 mil. Os recursos vão sair de um programa destinado a atender crianças que vivem em áreas rurais.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou pedidos no Ministério Público Federal

do Distrito Federal e no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União para suspender a licitação e abrir um procedimento para apurar a responsabilidade do presidente do FNDE, Marcelo Ponte, e do diretor da entidade, Garigham Amarante. No documento apresentado, Ponte e Amarante são o foco por terem "ignorado os alertas das áreas técnicas e terem determinado o prosseguimento do pregão".

A presidente executiva da organização Todos pela Educação, Priscila Cruz, cobrou investigação sobre as suspeitas de sobrepreço. "Pior que não respeitar atributos da eficiência, é a corrupção. A educação já foi gravemente afetada pela pandemia e não pode ser golpeada por desvios e corrupção", disse Priscila.

INDICAÇÃO. Vinculado ao MEC, o FNDE concentra a maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. Ponte chegou à presidência do fundo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. O processo da concorrência a que o **Estadão** teve acesso mostra que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica, que apontaram risco de sobrepreço nos valores dos ônibus.

O presidente da Comissão da Educação no Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), disse que "todas as denúncias de irregularidades nos repasses de recursos do MEC e do FNDE" serão investigadas a fundo, "mesmo em ano eleitoral".

Em uma rede social, a pré-candidata à Presidência, senadora Simone Tebet (MDB-MS), classificou o caso como "onibação" e citou o lobby de pastores no MEC. Na segunda-feira passada, o ministro Milton Ribeiro deixou o cargo após o **Estadão** revelar um esquema de cobrança de propina na pasta operado por dois pastores em troca de liberação de dinheiro para municípios.

Procurados, Ciro Nogueira e a CGU não se manifestaram. O FNDE disse, em nota, que o pregão "atendeu a todas as recomendações da CGU". ●



Pregão para a aquisição de ônibus é parte de programa do governo

Congresso envia ao STF documentos do orçamento secreto

O Congresso enviou, anteontem, ao Supremo Tribunal Federal documentos inéditos sobre o orçamento secreto. O ex-ministro da Secretaria de Governo Luiz Eduardo Ramos aprovou 26 ofícios com pedidos de recursos da pasta, alguns superando R\$ 70 milhões.

Além de Ramos, constam nos documentos ofícios com pedidos de recursos autorizados por outros 11 ministros e ex-ministros e nomes de congressistas. Revelado pelo **Estadão**, o orçamento secreto prevê a liberação de recursos, sem transparência, em troca de apoio ao Executivo no Congresso. ● WESLEY GALZO E B.P.

ROCKINRIO.COM

FALTAM

2 DIAS

VIVA NOVOS

Sonhos

Espaço Favela,

New Dance Order, Rock District

e muito mais.

Rock in Rio

VENDAS

5 DE ABRIL, ÀS 19H

INTEIRA: R\$ 625,00 – MEIA: R\$ 312,50

Parcelamento em 6x sem juros no cartão de crédito e 8x para clientes com cartões de crédito Itaú, Itaucard, Credicard e Iti. Pagamentos com os cartões de crédito Itaú, Itaucard, Credicard e Iti têm 15% de desconto.*

*O desconto de 15% e o parcelamento em até 8x sem juros são válidos até o fim da cota de ingressos disponibilizada para venda pela organização do evento e apenas para pagamento com cartões de crédito Itaú, Itaucard, Credicard e Iti. As condições promocionais são válidas para aquisição de até 04 (quatro) ingressos por dia de evento, até o total de 28 ingressos por CPF. Este desconto não é cumulativo com outros descontos e não é válido para compra de meia-entrada garantida por lei: estudantes, menores de 21 anos, maiores de 60 anos, deficientes e seu acompanhante, profissionais e professores da rede de ensino do Rio de Janeiro e jovens de baixa renda. A responsabilidade pela venda e entrega de ingressos é exclusiva da Ingresso.com.

Aumento

R\$ 480 mil
é o valor, por ônibus, que o governo aceitou pagar

R\$ 270,6 mil
é o valor que cada veículo deveria custar

about:blank

2/3

Educação

Ministro usa programa que distribui ônibus escolar para atender aliados

Estados comandados pelo Progressistas de Ciro Nogueira foram contemplados com recursos de fundo vinculado ao MEC

JULIA AFFONSO
Breno Pires
André Shalders
BRASÍLIA

Nas mãos do Progressistas, o programa Caminho da Escola foi usado para destinar dinheiro a prefeitos e Estados governados por políticos do partido. Os recursos saem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), comandado por um apadrinhado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente da legenda, que recebeu do presidente Jair Bolsonaro aval para controlar cargos e verbas no seu governo em troca de apoio do Centrão no Congresso.

Como mostrou o **Estadão**, uma licitação bilionária do FNDE prevista para amanhã prevê a compra de ônibus rurais escolares com preços inflados. O alerta para o risco de sobrepreço partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do fundo, vinculado ao Ministério da Educação. Documentos do FNDE indicam que o governo aceitou pagar até R\$

567,6 mil por um ônibus de 59 lugares que, segundo a área técnica do fundo, deveria custar, no máximo, R\$ 361,8 mil.

No ano passado, o FNDE viabilizou o repasse de recursos destinados à compra de 1.771 veículos rurais escolares no País. O programa é destinado à aquisição de ônibus para crianças e adolescentes que vivem na zona rural e, para chegar à escola, precisam caminhar quilômetros a pé. O programa Caminho da Escola foi criado em 2007 e atende alunos da educação básica com bicicletas e lanchas escolares, além dos ônibus. Dados indicam que o critério para os repasses é político.

REDUTOS. Os seis Estados que mais receberam ônibus são redutos de lideranças do Progressistas – no total, foram 797 veículos. O Estado mais beneficiado foi a Bahia, do ex-líder do Progressistas Cacá Leão (296 ônibus). Também foram contemplados Goiás, do presidente estadual do partido, Alexandre Baldy (174); Santa Catarina, do senador Esperidião Amin (171); Piauí, de Ciro Nogueira; e Paraná, do líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (112 cada). Além de Alagoas, base eleitoral do presidente da Câmara, Arthur Lira (106).

Estados e municípios podem adquirir os veículos por meio do FNDE, via Plano de Ações

Articuladas (PAR), um sistema voltado à melhoria do ensino, com recursos próprios e com linha de crédito oferecida por instituições financeiras. O repasse total do fundo para compra de ônibus em todo o País chegou a R\$ 479.174.378,86.

Ciro Nogueira recebe no gabinete da Casa Civil, no Palácio do Planalto, o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, com frequência. Os encontros também ocorrem na sede do fundo. As últimas visitas do ministro a Ponte foram nos dias 14 de fevereiro e 22 de março.

O ministro controla pessoalmente as liberações de dinheiro do FNDE, relataram fontes do governo. O poder de Ciro e de Lira, outra liderança do Progressistas, no fundo vai além dos recursos próprios do órgão e inclui verbas do orçamento secreto, formado por emendas do relator-geral do Orçamento.

PIAÚI. No Estado onde Ciro pretende eleger em outubro a ex-mulher, Iracema Portela, vice-governadora, os repasses para compra de ônibus escolares beneficiaram prefeituras comandadas por filiados do partido do ministro. A prefeitura de Francisco Macedo obteve recursos para três veículos, para atender uma rede onde estudam 494 alunos.

Guaribas, por sua vez, com 941 estudantes, e Caraubas do

AQUISIÇÕES

Ônibus rurais escolares que municípios e Estados puderam comprar com recursos do FNDE em 2021

Veículos por Estado

UF	NÚMERO DE ÔNIBUS
BA	296
GO	174
SC	171
PI	112
PR	112
AL	106
MG	93
PE	79
MT	72
AC	72
CE	60
RJ	49
PA	44
RR	40
SP	39
AM	34
PB	32
RO	32
RN	29
MA	28
RS	25
DF	17
ES	17
MS	13
AP	11
TO	9
SE	5

FONTE: FNDE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Piauí, com 1.130, não receberam ajuda do FNDE para o transporte escolar. Os prefeitos são do MDB e do PT, respectivamente.

Levantamento do **Estadão**, com base em dados do FNDE, aponta que 62,5% dos ônibus rurais escolares destinados ao Piauí, no ano passado, foram repassados a prefeituras comandadas pelo Progressistas. No Estado, prefeituras cujos chefes foram eleitos por MDB, PSB, PSD e PT receberam um total de 18 veículos. Para prefeitos do PP, foram viabilizados 30 ônibus rurais escolares.

Queimada Nova, com 1.442 estudantes no ensino fundamental e médio e comandado pelo Progressistas, obteve cinco coletivos e liderou a entrega dentro as cidades piauienses. Com rede pública de porte semelhante, Assunção do Piauí, com 1.801 alunos, e Morro do Chapéu, com 1.358, chefiadas por prefeitos do PSD, não foram contempladas.

O levantamento indica ainda que, em alguns casos, prefeitos que receberam veículos, mesmo sendo de outras siglas, são simpáticos a Ciro Nogueira. O prefeito Moreninho (MDB), de Avelino Lopes, publicou, em uma rede social, em fevereiro, imagens de um encontro com o ministro em Brasília. “É uma alegria enorme receber aqui na Casa Civil nosso grande Moreninho”, disse Nogueira, na ocasião, no vídeo.

Em um recorte de valores empenhados em 2021, nos dados do Siga Brasil, do Senado, o Piauí foi o Estado que mais recebeu empenhos do Caminho da Escola. Foram cerca de R\$ 21,5 milhões. Ciro Nogueira não quis se manifestar. ●



ANO XXIV - Nº 617 - Segunda-feira, 04 de abril de 2022

Boletim Semanal Sciesp
Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo
Thabata Yamauchi - Presidente do Sciesp
Produção Gráfica: Publicidade Archote
www.sciesp.org.br

Sede Capital
Rua Pamplona, 1200 - Jd. Paulista - São Paulo / SP - 01405-906
www.sciesp.org.br

A SUA FAMÍLIA MERECE SEMPRE O MELHOR BENEFÍCIO.



A Casa dos Corretores de Imóveis mantém para toda a sua família, sem nenhuma cobrança de taxas adicionais, o benefício do plano de saúde familiar por adesão, junto aos melhores convênios e operadoras de planos de saúde do país.

Para participar não necessita manter vínculo com empresa empregadora ou, inscrição individual no CNPJ/MF, basta solicitar, gratuitamente, a sua guia de benefício e compartilhar das condições e descontos especiais para corretores de imóveis e seus familiares.

No Programa SciespSaúde, a família dos corretores de imóveis têm acesso as melhores operadoras de planos de saúde do Brasil, com a garantia de descontos e condições especiais que podem ultrapassar os 50% dos valores praticados no mercado, para pagamento por adesão de cada usuário.

Você, corretor e corretor de imóveis, entre em contato pelo **11 94970-3341** e Garanta o Bem Estar do seu maior Tesouro, a sua FAMÍLIA.

Pregão mantido

Fundo afirma que CGU acompanha o processo

BRASÍLIA

Mesmo com alertas de órgãos de controle, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) manteve, até a conclusão desta edição, o pregão eletrônico previsto para amanhã de compra de ônibus escolares com preços inflados.

Em nota enviada à reportagem na tarde de ontem, a assessoria do órgão voltou a argumentar que a Controladoria-Geral da União (CGU) acompanha todas as fases da licitação. “O FNDE reforça que o processo do Pregão Eletrônico n.º 2/2022 está sendo acompanhado pela CGU em todas as suas etapas e que ainda não foi finalizado”, destacou o comunicado. “Quaisquer informações sobre o andamento do

referido pregão poderão ser acompanhadas no portal de compras do governo federal.”

Anteontem, o **Estadão** revelou que a CGU, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a própria área técnica do FNDE apresentaram pareceres e alertas para o risco de se pagar R\$ 732 milhões a mais pelos ônibus, numa prática de sobrepreço. Num dos pareceres, a CGU ressaltou: “Observa-se que os valores obtidos (...) encontram-se em média 54% acima dos valores estimados”.

Ainda assim, o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, e o diretor Garigham Amarante assinaram despachos para prosseguir o certame. Ponte é apadrinhado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Amarante é ligado a Valdemar Costa Neto, chefe do PL. ● J.A., B.P., E.A.S.



Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

Da Petrobras ao MEC

A cada dia fica mais fácil, graças ao **Estadão**, entender o que vem acontecendo no Ministério da Educação há três anos e meio, desde a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República: ele, que acusa o adversário Lula de ter fatiado a Petrobras entre seus aliados, e com razão, fatiou o MEC entre os dele. Isso não sai de graça.

Está explicado por que Bolsonaro nomeou tantos incompetentes para ministro da Educação: Vêlez Rodríguez não entendia nada de políticas públicas e mal falava português, Abraham Weintraub nem sabia o que acontecia no MEC, ocupa-

do com sua guerra ideológica, Carlos Decotelli foi descartado pelo currículo tipo queijo suíço e, no fim, chegamos ao pastor Milton Ribeiro, que só abre a boca para falar besteira.

Tanto fazia se o ministro seria A ou B, o que importava era usar um dos três maiores orçamentos da República (mesmo depois do corte brutal definido pelo governo) para agradar à base política do presidente, ou melhor, do candidato à reeleição: os partidos do Centrão e os evangélicos, entre outros.

Primeiro, o **Estadão** revelou que havia um gabinete oculto, ou do culto, negociando liberação de verbas para prefe-

turas à custa de propinas em dinheiro, quilo de ouro, venda de bíblias... Quem cuidava disso? Os pastores Gilmar e Arilton, impostos ao MEC por Bol-

Lula fatiou a Petrobras, Bolsonaro distribuiu nacos do MEC a aliados

sonaro, segundo Milton Ribeiro, e frequentadores do Planalto, jatinhos da FAB, reuniões de cúpula no ministério e de acertos com prefeitos.

Agora, os repórteres André

Shalders, Breno Pires e Julia Afonso mostrando, e comprovando, que o pregão para compra de ônibus escolares, nesta terça-feira, 5/4, embutia grande risco de superfaturamento, com preços até 55% acima do recomendado pela própria área técnica da pasta. Com a imprensa e o MP, ficou mais difícil.

Assim como os evangélicos emplacaram os dois pastores, o Centrão caprichou nas suas escolhas para o MEC: o diretor responsável pelo processo, Garigam Amarante, era da liderança do PL na Câmara e o presidente do FNDE, que paga a conta, é Marcelo Ponte, que era funcionário do PP.

O PL é o novo partido de Bolsonaro, comandado por Valdemar Costa Neto, o do mensalão e do petróleo. O PP é a sigla de Ciro Nogueira, da Casa Civil, e Arthur Lira, presidente da Câmara. Ponte, aliás, trabalhava no gabinete de Nogueira na Câmara.

O que PL, PP, Arthur Lira e Ciro Nogueira têm a ver com educação, FNDE, ônibus escolar? E o que a bancada evangélica e os tais pastores, com MEC, prefeituras e verbas públicas?

Ah! O que Lula e os militares dizem da Petrobras sob Bolsonaro e Carlos Suarez? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOARDO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews em Pauta

SEG. Carlos Pereira (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SÁB. João Gabriel de Lima • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ministério da Educação

Ministério Público no TCU pede suspensão de compra de ônibus

Pregão marcado para hoje prevê aquisição de 3.850 veículos com sobrepreço de R\$ 732 mi, segundo área técnica do FNDE

BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
BRASILIA

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, pediu a suspensão do pregão eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que prevê a compra de 3.850 ônibus rurais escolares com preços inflados. Como mostrou reportagem do **Estadão**, a licitação tem indicação de sobrepreço de até R\$ 732 milhões.

No Rio, Bolsonaro tentou minimizar o caso, mas admitiu que havia risco de sobrepreço, como revelou o **Estadão**. "Estão me acusando de ter armado a corrupção com compra superfaturada de ônibus, mas nem a licitação foi feita ainda. E quem descobriu fomos nós. Temos gente trabalhando em cada ministério com lupa no contrato. Por isso, não tem corrupção", afirmou. Ao contrário da declaração do presidente, após alertas da área técnica sobre risco de sobrepreço, o FNDE manteve o pregão com indicação de preços inflados.

No documento em que pede a suspensão da compra dos ônibus escolares com preço inflado, o procurador lembra o recente caso de suspeita de corrupção envolvendo pastores lobistas no Ministério da Educação, que, segundo prefeitos, teriam pedido propina, conforme revelou o **Estadão**.

"Se já não bastasse o escândalo do favorecimento, por afinidades políticas e pessoais, de lideranças religiosas que levou à demissão do ex-ministro Milton Ribeiro, o setor de edu-

Para entender

- **Licitação**
O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação abriu, no início do ano, licitação para comprar 3.850 ônibus escolares. Como o **Estadão** revelou, a aquisição dos veículos tinha preço inflado.
- **Sobrepreço**
Segundo documentos do FN-

DE, a própria área técnica do fundo apontou, no negócio, um sobrepreço que poderia chegar a R\$ 732 milhões.

- **Indicado**
Vinculado ao MEC, o FNDE concentra a maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. É comandado por Marcelo Ponte, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

CATARINA CHAVES / MEC - 26/4/2021



Corte vai apurar atuação de pastores na liberação de recursos do MEC

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a abertura imediata de uma inspeção no Ministério da Educação (MEC) para apurar os repasses feitos pela pasta a prefeituras com intermediação dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Como o **Estadão** revelou, no mês passado, os pastores atuavam como lobistas sob a anuência do então ministro,

Milton Ribeiro. Por meio de um gabinete paralelo, os religiosos organizavam eventos com prefeitos e o ministro, tratando da liberação de dinheiro público na área da educação para municípios.

O ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do caso no TCU, afirmou que "a gravidade dos fatos exige atuação imediata" da Corte". De acordo com relato do prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), houve pedido de propina em dinheiro e até em barra de ouro. ● B.P.E.A.S.

cação do governo federal é agora novamente atingido por suspeitas de descalabros administrativos, se não também morais", comentou o procurador.

O pedido na representação do MP junto ao TCU é para a Corte determinar "que o FNDE suspenda quaisquer tratativas e tomadas de decisões com relação ao supracitado pregão visando à aquisição de ônibus escolares destinados a atender crianças da área rural, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão".

O procurador também solicitou a abertura de procedimento para apuração sobre a possível "existência de sobrepreço da ordem de R\$ 732 milhões no pregão eletrônico elaborado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de ônibus escolares destinados a atender crianças da área rural".

ALERTA. O alerta para o risco de sobrepreço partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do fundo. Documentos do FNDE indicam que o governo aceitou pagar até R\$ 567,6 mil por um ônibus que, segundo técnicos, deveria custar, no máximo, R\$ 361,8 mil.

Na avaliação da Diretoria de Administração do FNDE, o valor global do pregão deveria ficar em R\$ 1,3 bilhão. Mas, por decisão da Diretoria de Ações Educacionais, chefiada por Garigam Amarante – nome ligado ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto – o preço total foi estimado em R\$ 2 bilhões. O presidente do fundo é Marcelo Ponte, que foi chefe de gabinete do atual do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, no Senado. Apesar de alertas da área técnica, Garigam e Ponte mandaram a licitação seguir fazendo pequenos ajustes que praticamente não alteraram o preço dos ônibus. ●



Ministério da Educação

Governo reduz preço de ônibus escolar em licitação; TCU embarga resultado

Medida tomada horas antes do pregão diminui o custo da aquisição dos veículos em R\$ 510 milhões; 'Estadão' revelou que área técnica havia apontado risco de sobrepreço

ANDRÉ SHALDERIS
BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

O governo recuou e reduziu o preço máximo para a compra de 3.850 ônibus escolares rurais, após o **Estadão** revelar risco de sobrepreço milionário na transação. Sob ameaça de ter o processo anulado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão presidido por um indicado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, fez um ajuste às pressas na cotação dos veículos na licitação. Por causa da mudança de última hora, o preço total para a aquisição dos veículos sofreu uma redução de R\$ 510 milhões.

Ainda assim, o Tribunal de Contas da União (TCU) preferiu embargar o resultado do pregão. A decisão assinada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues permitiu, no entanto, que a concorrência fosse realizada ontem, e as propostas apresentadas pelos fornecedores. Mas a homologação dos valores só poderá ser feita após a avaliação da Corte de contas.

"Tal fato singular, aliado ao grande valor da licitação que ora se enceta, gera a perspectiva de eventual prejuízo ao erário."

Walton Alencar Rodrigues
Ministro do Tribunal de Contas da União

O pregão prevê a compra de quatro tipos de ônibus. Com a mudança, um dos modelos, pelo qual o governo aceitava pagar até R\$ 567 mil, agora poderá sair por, no máximo, R\$ 415 mil. O governo gastaria R\$ 2,045 bilhões na aquisição dos veículos rurais escolares. Após a revisão, a despesa será de R\$ 1,5 bilhão.

O episódio é o segundo caso que atinge a gestão do presidente Jair Bolsonaro na área de educação. No mês passado, uma série de reportagens do **Estadão** mostrou esquema de intermediação de recursos operado no Ministério da Educação com cobrança de propi-

na por pastores ligados ao então ministro Milton Ribeiro, que precisou deixar o cargo.

Anteontem, Bolsonaro tentou se justificar, alegando que foi o próprio governo que descobriu o risco de sobrepreço. Ao contrário do que declarou o presidente, mesmo diante do alerta da área técnica do FNDE, reforçado por pareceres da Controladoria-Geral da União (CGU), a direção do fundo preferiu dar prosseguimento ao pregão com preços inflados. O ajuste para reduzir os preços só foi feito às vésperas do certame.

MINISTRO. Com o caso da compra de ônibus virando tema de ataques e cobranças a Bolsonaro nas redes sociais, o ministro Ciro Nogueira entrou no circuito para tentar minimizar os danos. Ele contactou o TCU para defender a legalidade do pregão.

Como o **Estadão** revelou, Ciro Nogueira manteve encontros com o presidente do fundo, Marcelo Ponte, no Palácio do Planalto, mesmo não havendo ligação hierárquica entre o FNDE e a Casa Civil. O fundo é vinculado ao Ministério da Educação.

Ponte esteve com Ciro em março deste ano, quatro dias antes de o FNDE decidir dar prosseguimento à licitação que, na época, estava suspensa justamente pelos problemas apontados pela área técnica. A divulgação das visitas provocou reação no Congresso. O deputado federal Rogério Corrêa, do PT-MG, protocolou requerimento de convocação do ministro da Casa Civil para prestar esclarecimentos no plenário da Câmara. A ideia é levar o ministro para explicar o processo de compra dos ônibus e sua interferência no FNDE. O pedido ainda precisa ser aprovado pelos deputados.

O pregão eletrônico realizado ontem começou às 10h e terminou às 15h20 para análise das propostas e documentação das empresas.

A aquisição dos ônibus faz parte do programa Caminho da Escola, criado em 2007. Os veículos são destinados à parcela mais carente dos estudantes da rede pública de ensino e que ficam nas zonas rurais. Sem o transporte, alunos têm que caminhar quilômetros em

Cronologia

FNDE ignorou alertas de órgãos de controle

● Licitação

Na semana passada, o **Estadão** mostrou que uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) previa a compra de ônibus escolares com preços inflados.

● Sobrepreço

O pregão era para aquisição de até 3.850 veículos como parte do programa Caminho da Escola. O preço total, ao final da compra, teria um aumento de até 55% ou R\$ 732 milhões, e os recursos sairiam do programa destinado a atender crianças da área rural.

● Indicação política



A operação foi montada dentro do FNDE, que concentra a

maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. O fundo é chefiado por Marcelo Ponte, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (na foto com Ponte).

● Aval

O processo da concorrência, ao que o **Estadão** teve acesso, mostrou que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica que apontaram risco de sobrepreço nos valores.

● Pedido de suspensão

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, pediu à Corte que suspendesse o pregão. "O fato descrito é grave e envolve a possibilidade do desvio de assombrosa importância em dinheiro", disse Furtado na representação no TCU.

● Recuo

Ontem, o FNDE recuou e reduziu o preço máximo para a compra dos ônibus escolares rurais. O valor de um dos modelos, por exemplo, passou de R\$ 480 mil para R\$ 338 mil. O novo montante total passou a ser de R\$ 1,5 bilhão, em vez dos iniciais R\$ 2,045 bilhões.

CATARINA CHAVES/MEC - 4/4/2022



terras de chão batido para chegar até a escola.

Os valores inflados haviam sido autorizados pelo diretor de Ações Educacionais do FNDE, Garigham Amarante – indicado ao cargo pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto –, e pelo presidente do FNDE, Marcelo Ponte.

DESPACHO. Após o caso ser revelado, Amarante assinou um

despacho alterando para R\$ 1,5 bilhão o máximo estabelecido pelo governo. Com as mudanças, os preços voltam a se aproximar do limite máximo sugerido pela área técnica do FNDE.

O novo preço corresponde à atualização dos custos de um pregão do ano passado pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP), um outro indicador de inflação. Apesar de ser superior ao R\$ 1,3 bilhão recomen-

dado originalmente pela área técnica do FNDE – e que poderia gerar um sobrepreço de R\$ 732 milhões –, o valor foi aceito pela Controladoria-Geral da União (CGU) em março.

'PREJUÍZO'. Ontem, pela manhã, antes do início do pregão o ministro do TCU Walton Rodrigues assinou despacho embargando a concorrência. A área técnica do tribunal alega que não era o caso de suspender totalmente o pregão porque era preciso analisar os documentos do FNDE. Em sua decisão, o ministro Walton criticou o fundo por não ter entregue os documentos e alertou para a gravidade do caso.

"Tal fato singular, aliado ao grande valor da licitação que ora se enceta, gera a perspectiva de eventual prejuízo ao erário", afirmou o ministro. Diante da constatação, ele foi mais duro do que os auditores e resolveu determinar que o FNDE estava impedido de homologar o resultado da licitação.

Anteontem, o procurador junto ao TCU, Lucas Furtado, havia protocolado pedido para que a licitação fosse investigada. "O fato descrito é grave e envolve a possibilidade do desvio de assombrosa importância em dinheiro. Mais de R\$ 730 milhões em prejuízo ao erário, que podem se converter além disso em prejuízo à democracia, a depender da destinação que esses recursos venham a ter, como, por exemplo, a composição do chamado 'caixa 2 de campanha'", escreveu o procurador na representação.

No documento em que pedia a suspensão da compra dos ônibus escolares com preço inflado, o Ministério Público de Contas lembrou o recente escândalo de corrupção envolvendo pastores lobistas no Ministério da Educação, que, segundo prefeitos, teriam pedido propina. "Se já não bastasse o escândalo do favorecimento, por afinidades políticas e pessoais, de lideranças religiosas que levou à demissão do ex-ministro Milton Ribeiro, o setor de educação do governo federal é agora novamente atingido por suspeitas de descalabros administrativos, se não também morais", comentou o procurador Lucas Furtado. ●

FNDE

Diretores compraram carros que custam até 30 vezes seus salários

Indicados do Centrão adquiriram veículos após assumirem seus cargos; órgão fez pregão com suspeita de sobrepreço

ANDRÉ SHALDERIS
JULIA AFFONSO
BRENO PIRES
BRASÍLIA

Dois diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão envolvido nas denúncias de compra de ônibus a preços inflados e intermediação de verbas por pastores, adquiriram carros de luxo após assumirem os cargos. Mesmo recebendo salários de pouco mais de R\$ 10 mil, os diretores Garigham Amarante e Gabriel Vilar compraram veículos utilitários esportivos (SUVs, na sigla em inglês) avaliados em R\$ 330 mil e R\$ 250 mil, respectivamente.

Amarante chegou ao cargo por indicação do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. O PL é o partido do presidente Jair Bolsonaro. O diretor foi responsável por organizar o pregão eletrônico que tinha indicação de sobrepreço de R\$ 700 milhões, como revelou o Estadão. A licitação está embargada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Amarante comprou um SUV Mercedes-Benz GLB 200 Progressive, avaliado em R\$ 330 mil. Adquirido por meio de financiamento, o veículo pode ter prestações equivalentes ao salário do diretor no órgão público, de acordo com a estimativa de um simulador online da fabricante. No último contrato, disponível no Portal da Transparência, ele recebeu R\$ 10.302,16 líquidos. A prestação mensal do veículo, em condições similares às usadas por Amarante, é de R\$ 10.299,35. O que significa um comprometimento de 99,97% de sua renda. Além disso, o IPVA tem um custo de R\$ 9.748 por ano.

Os veículos luxuosos de ambos chamaram a atenção de servidores do FNDE. Os carros foram adquiridos em concessionárias de Brasília pouco depois do primeiro pregão eletrônico de ônibus do FNDE, em meados de 2021.

APADRINHADOS. Garigham Amarante e Gabriel Vilar comandam as diretorias de Ações Educacionais (Dirae) e de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) do FNDE, respectivamente. Ambos chegaram aos cargos por indicação de partidos do Centrão. Amarante foi chefe de gabinete da Liderança do PL na Câmara. Já Vilar trabalhava no Ministério da Educação, apa-

Para lembrar

Fundo é controlado por indicados do Centrão

● Indicação política

Lideranças do Centrão dominam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão concentra o dinheiro do Ministério da Educação.

● Progressistas

O presidente do maior fundo controlado pelo MEC – com orçamento de R\$ 45,6 bilhões em 2022 – é Marcelo Ponte, indicado do ministro da Casa Civil e líder do Progressistas, Ciro Nogueira.

● Partido Liberal

Além do PP, o FNDE tem no seu quadro de dirigentes nomes ligados ao PL. O diretor de Ações Educacionais, Garigham Amarante, é apadrinhado do presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

● Republicanos

Já a diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais é chefiada por Gabriel Vilar. Ele é sustentado no cargo pelo Republicanos, legenda comandada pelo deputado e pastor Marcos Pereira (SP).

● Licitação suspeita



Diego Rocha/MEC - 17/2/2020

Em caso revelado pelo Estadão, Ponte e Amarante deram aval a uma licitação bilionária do FNDE que previa a compra de ônibus rurais escolares com preços inflados. Após a repercussão negativa e pedidos de investigação, o governo recuou e reduziu os valores iniciais do pregão.

estacionar na garagem do FNDE, no Setor Bancário Sul. No caso de Amarante, estão autorizados a entrar no local o Hyundai e um segundo SUV, de modelo Honda HR-V, embora este último automóvel não esteja em nome dele.

'FINANCIADO'. Procurados, tanto Amarante quanto Vilar disseram que compraram os veículos dando de entrada valores referentes a venda de carros que já possuíam. Eles, no entanto, não quiseram mostrar à reportagem documentos para confirmar as declarações. A reportagem também não encontrou registros de outros veículos anteriores registrados no CPF dos dois.

“Comprei do mesmo jeito que toda a população brasileira compra um bem de alto valor: financiado junto ao banco”, afirmou Amarante. A reportagem também procurou o FNDE para comentários, mas não houve resposta.

LICITAÇÃO. No último sábado, o Estadão mostrou que Amarante e o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, avalizaram o Pregão 2/2022, para a compra de ônibus escolares rurais, com preços inflados. O preço máximo admitido para a compra dos 3.850 ônibus era R\$ 732 milhões maior que o estimado pela área técnica do FNDE.

Após a reportagem, o governo recuou e reduziu o limite máximo para R\$ 1,5 bilhão. Ao fim do pregão, o valor final oferecido pelos fornecedores ficou dentro deste limite. ●



NA WEB
Reportagem do 'Estadão' evitou gasto de R\$ 500 mi na compra de ônibus
www.estadao.com.br

Acusação de pedofilia

Juíza derruba a suspensão imposta pelo Ministério da Justiça a filme de Danilo Gentili

A juíza Daniela Berwanger Martins, da 7.ª Vara Federal do Rio, derrubou despacho da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça que determinou a suspensão do filme *Como se tornar o pior aluno da escola* – baseado em livro de Danilo Gentili – em plataformas de streaming. A magistrada viu “retirada imotivada de obra de exibição”. A decisão foi proferida em recurso da Associação Brasileira de Imprensa. A iniciativa do governo ocorreu após bolsonaristas acusarem o filme de fazer apologia da pedofilia. ●

Investigações

Moraes prorroga inquéritos contra Bolsonaro no casos de milícias digitais e fala sobre vacina

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a pedidos da Polícia Federal e prorrogou duas investigações que atingem Jair Bolsonaro: o inquérito das milícias digitais – derivado da apuração sobre atos antidemocráticos – e o que apura se o presidente da República cometeu crime ao relacionar, durante live, a vacina da covid-19 ao vírus da aids. O primeiro ganhou mais 90 dias; o segundo, 60 dias. ●



NELSON JR./SCO/STF - 2/12/2021



Estadão e 99 apresentam hub de conteúdo multimídia produzido por quem vive e conhece o dia a dia das comunidades e periferias do Brasil.

CONFIRA ALGUNS DESTAQUES:

Cultura e Lazer

Em São Paulo, multiartista Ciano promove arte e educação nas periferias

Do seu quartel-general na Cidade Líder, ele planeja e põe em prática projetos de desenvolvimento respeitando a história dos territórios

Ação social

Biblioteca comunitária focada em autores negros precisa de doações

O objetivo é expandir as atividades e instalar em Cidade Tiradentes um espaço de cultura e brincadeiras para o público infantil

Não perca! Acesse:



Uma parceria:



ESTADÃO
BLUE STUDIO

